

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte CORREIO BRAZILIENSEClass.: 768Data 23/09/84

Pg.: \_\_\_\_\_

# Funai: em 6 anos, 5 presidentes

4968  
Crise no órgão bate recorde no Governo de Figueiredo

ROSANE GARCIA  
Da Editoria Nacional

A Fundação Nacional do Índio, criada há 16 anos, nunca passou por tantas crises num único governo. Em menos de seis anos, o órgão foi dirigido por dois militares e três civis, tendo, agora, na presidência um policial federal aposentado. A grande questão levantada por antropólogos e indigenistas é como ficam os índios neste contexto, em meio a esta turbulência. A medida em que começam a se integrar com uma administração, interesses econômicos e políticos falam mais alto e a substituição de um dirigente é feita sem a menor preocupação, deixando para segundo plano os interesses indígenas.

O primeiro presidente da Funai no governo Figueiredo foi o engenheiro do DNER, Adhemar Ribeiro da Silva. O motivo do seu afastamento da direção da Funai é em parte semelhante ao da exoneração de Jurandy Marcos da Fonseca. Como a este último, Adhemar da Silva tentou promover um projeto de abertura no órgão. Preocupado em demarcar o Vale do Guaporé, terra dos Nambiquara e a definir o território Yanomami, feriu fortemente os interesses empresariais. Empossado em março de 1979, ele pediu demissão em outubro do mesmo ano, alegando não suportar tantas pressões.

Para sucedê-lo, o Ministério do Interior indicou o coronel João Carlos Nobre da Veiga, cuja administração foi a mais desastrosa

na história da Funai. No início de sua gestão demite, de uma só vez, mais de 30 indigenistas e antropólogos. Entre eles homens de grande experiência no indigenismo, como o sertanista José Porfírio de Carvalho e o antropólogo Cláudio Romero. Substituiu serviços civis por coronéis. Emerge daí o "pior inimigo dos índios", coronel Ivan Zanoni Hausen, que em estilo nazista pretendeu implantar no órgão os "critérios biológicos de indianidade" e com isso reduzir a população indígena do país a partir de análises sanguíneas.

Nobre da Veiga, não satisfeito com o prejuízo dado às populações indígenas, envolve-se ainda com transações imobiliárias, lançando mão dos recursos da Funai. Adquire a atual sede do órgão, localizada no Setor de Indústria e Abastecimento, impróprio para o funcionamento de uma autarquia. O Ministério do Interior impõe a Nobre da Veiga o seu pedido de demissão. Em outubro de 1981 ele deixa a Funai.

Em seu lugar assume o coronel-aviador, Paulo Moreira Leal. O órgão deixa de ser a casa do índio para se transformar num cabide de emprego de militares aposentados. eclode a questão dos Pataxó-Hã-Hã-Hã, na Bahia. Estimulados pelo coronel, os índios que viviam espalhados pelo Estado, retomam suas terras, ocupando a fazenda São Lucas, de propriedade de Jener Pereira da Rocha. Este considerado pela Assembléia Legislativa de Salvador o maior grileiro do Estado da Ba-

hia. Os fazendeiros com seus interesses econômicos prejudicados pela presença dos Pataxó ameaçam negar apoio aos candidatos do Governo nas eleições de novembro de 1982. Diante disso, são removidos para Ilhéus.

Os índios Xavantes irritados com a militarização do órgão e pela falta de diálogo decidem, a seu modo, como guerreiros, mudar a direção da Funai. Numa única investida conseguem expulsar, pelo colarinho, todos os militares. Em junho de 1983, Paulo Leal deixa a Funai.

Assume a direção da Funai o economista Octávio Ferreira Lima, que na administração do coronel Nobre da Veiga ocupara o cargo de superintendente de administração. Chega à Funai em julho com a missão de tirar o órgão das páginas dos noticiários e abolir os movimentos indígenas. Nos primeiros dias de sua administração convoca a polícia militar e federal para impedir o acesso de lideranças tribais ao seu gabinete. Esta prática foi repetida várias vezes, sempre que caciques chegavam a esta capital para dialogar ou apresentar-lhe suas reivindicações.

Depois de vários meses sem dar qualquer declaração, Ferreira Lima, anunciou um dia antes a assinatura do polémico decreto 88.985, de 10 de novembro de 1983, que permite a exploração de minérios em áreas indígenas por empresas particulares. Na ocasião, ele garantia que a mineração não prejudicaria as comunidades, pois elas teriam participação no lu-

cro das empresas. Ele estava disposto a assinar a portaria que regulamentaria a entrada das mineradoras e que causou a demissão de Jurandy Fonseca.

Só não regulamentou por falta de tempo. Em março deste ano os índios Txucaramãe deflagram um movimento pela reconquista de suas terras e exigem a sua demissão. O governo atendeu os xinguanos e pela primeira vez a história registrou uma vitória política de uma nação indígena.

No dia nove de maio Jurandy Fonseca chega para ocupar o lugar de Ferreira Lima. Democratizar o órgão e abri-lo à participação do índio foi a proposta levada por Jurandy Fonseca com o objetivo de imprimir uma nova política indigenista. Advogado, 45 anos de idade, dos quais 14 como funcionário da Funai, chega surpreendendo. Ele anunciou, no dia anterior à sua posse, que seu chefe de gabinete seria o índio Marcos Terena e que à frente do Parque Indígena do Xingu ficaria o índio Megaron.

A partir daí os conflitos abafados pela ação repressora de outras administrações eclodiram. As lideranças sentiam-se fortalecidas pelo respaldo dado pela presidência. Com sensatez e cautela, Marcos Terena pediu união a todos os líderes. Segundo ele isto era indispensável para que a luta indígena não fosse comprometida.

A mesma sensatez e cautela de Marcos Terena faltou a Jurandy Fonseca, que numa postura intransigente recusou-se a assinar a portaria regulamentando o

decreto 88.985, sob o argumento de que permitir a entrada de mineradores nos territórios indígenas seria estimular o genocídio. Com esta decisão contrariou excessivamente os interesses empresariais, além de acusar altas autoridades de genocidas.

O governo poderia ter gerido o termo genocida e as empresas esperar pelo próximo governo. Principalmente porque nesta época do ano nenhum empresário arriscaria investir na implantação de uma infraestrutura indispensável à atividade mineradora. Mas a contestação da postura de Jurandy Fonseca foi publicada na primeira página do jornal "O Globo" em editorial assinado pelo jornalista Roberto Marinho, em defesa das empresas. "Se ele fez isto — comentou Jurandy — é porque o assunto é de fato muito sério, e requer muita reflexão. Mas a providência sugerida seria genocídio". A esta altura os rumores sobre sua exoneração deixavam de ser apenas boatos.

No último dia 20 Jurandy Fonseca é exonerado por ato do presidente da República. Não soube conduzir "adequadamente as questões administrativas" foi a justificativa do ministro Mário Andreazza, do Interior, que poucos dias antes rejeitara o pedido de demissão de Jurandy Fonseca. Em seu lugar é nomeado o delegado aposentado da Polícia Federal, Nelson Marabuto Domingues, que nos quatro meses de sua administração ocupara o cargo de chefe da Assessoria de Segurança e Informação.